



11144748



08129.007022/2019-84



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

Despacho nº 412/2020/CGL/SAA/SE/MJ

Destino: **SAA**

Assunto: **Políticas sobre Drogas: Gestão, Avaliação e Acompanhamento de Políticas Públicas sobre Drogas. Credenciamento nº 01/2019.**

1. Trata-se da habilitação - regularidade fiscal - do leiloeiro Guilherme Valland Jr, credenciado para o Item 12, Estado de São Paulo, no Edital de Credenciamento nº. 01/2019 (10084260) que visa à contratação de de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, mediante credenciamento, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, para realização de leilão de bens móveis e imóveis, não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles bens móveis e imóveis que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação.
2. Em atenção à Nota Técnica n.º 12/2020/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (11137136) na qual a Coordenação de Procedimentos Licitatórios informa da ausência de informação referente à regularidade fiscal - Receita Federal e PGFN (11137125) do leiloeiro, e ressalta que, após realizadas as diligências, no exercício do direito de contraditório e ampla defesa (artigos 2º, 26 e 27, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99), restaram infrutíferas as possibilidades de obter a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, conforme *e-mail* do interessado (11136908).
3. Dessa feita, e em observância ao princípio da autotutela da Administração, coroadado pela Súmula 473 do STF e art. 53 da Lei 9.784/99, esta Coordenação-Geral submete o presente a essa Subsecretaria de Administração para análise e autorização da Retificação da Inexigibilidade nº 02/2020, visando a exclusão do nome do leiloeiro Guilherme Valland Jr da declaração de inexigibilidade, mantendo-se as demais disposições.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 04/03/2020, às 12:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11144748** e o código CRC **F853F768**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

